



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ
Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã – RJ

P.M.Q.
Processo nº 10967/19
Rubrica [assinatura] Fls. 88

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2020

1 - PREÂMBULO

1.1 - A PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA**, com sede na Rua Conde de Araruama, 425 – Centro- Quissamã – RJ, torna público, para o conhecimento dos interessados que o (a) Pregoeiro (a) e a respectiva Equipe de Apoio, realizará licitação na modalidade de **Pregão Presencial**, do tipo **Menor taxa dos serviços bancários**, objetivando a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de emissão e administração do cartão magnético como meio de pagamento de despesas realizadas por Suprimentos de Fundos, nos estritos da legislação vigente, devidamente autorizada pela Secretaria Municipal de Fazenda, na forma do disposto no **Processo Administrativo nº 10.967/2019**, que será regida pelas disposições contidas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, subsidiariamente pelos artigos 68 e 69, Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, e suas alterações e pelo Decreto Municipal nº 2425, de 13 de março de 2018, pela Lei Municipal nº 1.864, de 22 de julho de 2019 alterada pela Lei nº 1871, de 31 de agosto de 2019; artigos 58, 63, 64 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964; pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente edital.

1.2 – A sessão pública para o credenciamento dos representantes das empresas e abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação definidos neste edital, serão efetuados no local, data e horário seguintes:

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Licitação, situada na Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã – RJ.

Data: 23 de janeiro de 2020 .

Horário: 15:30 horas

2 - DO OBJETO

2.1 - A presente Licitação na modalidade Pregão Presencial nº 003/2020, foi autorizada no processo nº 10967/2019, pela Secretaria Municipal de Fazenda, tendo como objeto Contratação de instituição financeira para prestação de serviços de emissão e administração do cartão magnético como meio de pagamento de despesas realizadas por Suprimentos de Fundos, conforme especificações e quantidades relacionadas no Anexo I (Termo de Referência).

3 – DA VIGÊNCIA

4



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ
Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã – RJ

P.M.Q.
Processo nº 10.967/19
Rubrica [assinatura] Fls. 89

3.1 – O instrumento contratual terá vigência de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitados a sessenta meses, em conformidade com o art. 57 da Lei 8.666/93.

4- DOS ANEXOS

4.1 - São partes integrantes deste Edital:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO III – Dados do Licitante;

ANEXO II– Descrição do Objeto;

ANEXO III– Modelo de Credenciamento;

ANEXO IV – Declaração de cumprimento das exigências para habilitação, nos termos do art 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17/07/2002 (modelo);

ANEXO V – Modelo de Declaração de ME, EPP ou MEI;

ANEXO VI – **Declaração relativa ao trabalho de menores, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº 9.854/99) (modelo);**

ANEXO VII - Proposta de Preços.

ANEXO VIII – Minuta de Contrato;

5- DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES

5.1 - As dúvidas relativas a este Edital poderão ser esclarecidas junto à Secretaria Municipal de Fazenda, na rua Conde de Araruama, 425 - Centro - Quissamã – RJ, no horário de 08:00 às 11:30h e de 13:30 às 17:00h, ou pelo telefone (22) 2768-9300, ramal 9420, com a Srª Simone Moreira, de segunda à quinta-feira no horário de 8:30h às 11:30h e 13:30h às 17:00h, e sexta-feira no horário de 08:30h às 12:00h, exceto feriados ou com o Departamento de Licitação pelo telefone (22) 2768-9300, ramal 9368. As dúvidas a serem esclarecidas por telefone serão aquelas de caráter estritamente informal.

5.2 – O edital poderá ser consultado por qualquer interessado no portal da Prefeitura Municipal de Quissamã (www.quissama.rj.gov.br), e na Sala da Comissão Permanente de Licitação, situada na Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã – RJ, durante o expediente normal do órgão licitante.

6- CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 – Poderão participar deste Pregão às empresas interessadas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado, inscritas ou não no Cadastro Geral de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Quissamã, e que atenderem todas as exigências constantes neste edital e seus anexos, inclusive quanto à documentação.

6.2 – Não poderão participar deste PREGÃO empresas que:

a) Tenham sido suspensas temporariamente de participar de licitações e impedidas de contratar com a Administração Municipal Direta e Indireta, nos termos do inciso III, do artigo 87, da Lei

9



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ
Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã – RJ

P.M.Q.

Processo nº 70.967/19
Rubrica [assinatura] Fls. 90

Federal 8.666/93;

b) Já incurso na pena do inciso IV, do art.87 da Lei nº 8.666/93, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública;

c) Sejam coligadas, controladoras e controladas pertencentes ao mesmo grupo de acionistas ou cotistas, sejam pessoas físicas ou jurídicas;

d) Em consórcio ou grupo de empresa;

e) Que incorrerem em quaisquer das situações previstas nos incisos I, II e III do art.9º da lei Federal nº 8.666/93.

6.2.1 – A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio.

7- DOS ESCLARECIMENTOS, PROVIDÊNCIAS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL.

7.1 – Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos providências ou impugnar este edital, desde que encaminhada com antecedência de até 02 (dois) dias úteis da data fixada para o recebimento das propostas, devendo protocolar a petição no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Quissamã, localizado na Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã - RJ, de segunda a quinta-feira, no horário das 8h às 11h30 e de 13h30 às 17h, e sexta-feira das 8h às 12h, exceto feriados.

7.2 - Caberá ao (a) Pregoeiro (a) decidir sobre o acolhimento ou não da petição interposta no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, contadas do recebimento da petição.

7.3 – Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

7.4 - Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante a Prefeitura Municipal de Quissamã o proponente que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder à data prevista para a abertura dos envelopes de propostas de preços.

7.5 - O Pregoeiro desconsiderará qualquer impugnação que não esteja no original, ainda que devidamente protocolizado.

8 – DO CREDENCIAMENTO

8.1 – Na data, horário e local indicados neste edital, as empresas interessadas, deverão se

[assinatura]



credenciar junto ao (a) Pregoeiro (a).

8.2 – Os documentos relativos ao Credenciamento deverão ser apresentados ao (a) Pregoeiro (a), no momento da licitação, em separado dos envelopes de documentação e proposta.

8.3 – Os documentos referidos nas alíneas “a” e “b” do subitem 8.4, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou cópia acompanhada do original para autenticação por servidor, lotado no Departamento de Licitações ou publicação em órgão da imprensa oficial e não serão devolvidos aos licitantes, pois integrarão o processo licitatório. Em caso de autenticação por servidor, lotado no Departamento de Licitações, sugerimos que a documentação seja encaminhada em até 02 (dois) dias úteis antes da data de abertura, para evitar atraso na abertura do certame.

8.4 - Para o Credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Tratando-se de representante legal (sócio, proprietário, dirigente ou assemblado): cópia do ato constitutivo, estatuto, contrato social ou documento equivalente em vigor, devidamente registrado na junta comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

b) Tratando-se de procurador: a procuração por instrumento público ou instrumento particular com firma reconhecida, conforme Termo de Credenciamento (Anexo IV), da qual constem dentre outros poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos ou desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhados do correspondente documento, dentre os indicados na alínea “a”, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

8.5 - O representante (legal ou procurador) deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

8.6 - Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

8.7 - A ausência do credenciamento não constituirá motivo para inabilitação ou desclassificação de proposta do concorrente.

8.8 - O licitante que não contar com representante presente na sessão ou, ainda que presente, não puder praticar atos em seu nome por conta da apresentação de documentação defeituosa, ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociar preços, de declarar a intenção de interpor ou de renunciar ao direito de interpor recurso, ficando mantido, portanto, o preço apresentado na proposta escrita, que há de ser considerada para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.

8.9 – Encerrada a fase de credenciamento pelo Pregoeiro, não serão admitidos credenciamentos de eventuais licitantes retardatários.

9 – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) OU

9



EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP), DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

9.1- A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no Anexo V deste edital, nos termos do art. 4º, VII, da Lei nº 10.520, de 17.07.2002.

9.2 - As microempresas e empresas de pequeno porte que desejarem usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 deverão apresentar, obrigatoriamente, Declaração de acordo com o modelo estabelecido no Anexo VI, assinada por representante legal, manifestando essa condição.

9.3 - A referida declaração deverá ser apresentada **FORA** dos Envelopes nº 1 e 2.

9.4 - A não apresentação de declaração prevista no subitem 9.1 implica na desclassificação imediata do licitante.

9.5 – A não apresentação de declaração prevista no subitem 9.2, nas condições descritas naquele subitem, implicará o decaimento do direito de reclamar, posteriormente, esse tratamento diferenciado e favorecido neste certame;

9.6 – No dia, hora e local indicados neste edital, cada licitante deverá apresentar ao (a) Pregoeiro (a) os envelopes contendo a proposta de preços e os documentos de habilitação, conforme item DA HABILITAÇÃO (item 11.6), que deverão ser entregues em envelopes distintos devidamente fechados e rubricados no fecho. As partes externas desses envelopes deverão estar identificadas conforme abaixo:

10 – DA PROPOSTA DE PREÇOS

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ
PREGÃO Nº003/2020 - Processo nº 10.967/2019
ENVELOPE Nº 1 - PROPOSTA DE PREÇOS
NOME DA EMPRESA:
ENDEREÇO:
CNPJ:

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ
PREGÃO Nº003/2020 - Processo nº 10.967/2019
ENVELOPE Nº 2 HABILITAÇÃO
NOME DA EMPRESA:
ENDEREÇO:
CNPJ:

10.1- A proposta de preços será recebida **exclusivamente** através da seguinte forma:

10.2 - A proposta deverá ser impressa em papel timbrado da empresa, devendo ser datada e assinada e carimbada (carimbo do CNPJ), indicando o percentual de desconto da taxa dos serviços bancários, sendo que a taxa não poderá ultrapassar a 1% (um por cento), para a prestação dos serviços, conforme descrição e quantidades constantes no Termo de Referência (Anexo I) e ANEXO II do Edital.

10.3 - A Proposta de Preço deverá indicar o número do processo e do pregão, razão social da proponente, CNPJ, endereço completo e os números de telefone para contato.



- 10.4** – Conter o percentual da taxa dos serviços bancários em algarismos e por extenso, apurados à data de sua apresentação e devendo ser computadas todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação.
- 10.5** - Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data para abertura dos envelopes, podendo ser prorrogado por acordo das partes.
- 10.6** - Todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços estão sendo fornecidas pela administração, de forma que as empresas interessadas tenham completo conhecimento do objeto da licitação.
- 10.7** – Não serão consideradas propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, qualquer das disposições deste Edital, bem como aquelas manifestamente inexequíveis, além das que contiverem preços vis ou excessivos face aos preços correntes no mercado; igualmente as elaboradas em desacordo com a legislação aplicável.
- 10.8** - Não serão admitidas, posteriormente, alegações de enganos, erros ou distrações na apresentação das propostas comerciais, como justificativas de quaisquer acréscimos ou solicitações de reembolsos e indenizações de qualquer natureza.
- 10.9** - As licitantes arcarão com todos os custos relativos à apresentação das suas propostas. O Município, em hipótese alguma será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos na licitação ou os seus resultados.
- 10.10** – Para os licitantes que fizerem lances será considerado o último valor ofertado e a redução alcança todos os valores apresentados na proposta.
- 10.11** – Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas neste edital.
- 10.12** - A apresentação da Proposta de Preço implicará aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 10.13** –Todas as despesas necessárias e decorrentes da execução dos serviços ora contratados , inclusive impostos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas e quaisquer outros que forem devidos relativamente aos serviços e aos empregados, são de inteira, única e exclusiva responsabilidade do contratado.
- 10.14** - Não poderão ser cobradas tarifas para emissão, entrega, estorno ou recarga dos cartões



magnéticos para Suprimentos de Fundos, devendo toda e qualquer tipo de despesa estar compreendida no valor proposto a título de taxa dos serviços bancários.

10.15 – Será de responsabilidade do Contratado a emissão de 2ª via do cartão de pagamento do suprimento de fundos, sem ônus para a contratante.

11 – DA HABILITAÇÃO

11.1 - O proponente deverá apresentar dentro do envelope nº 02 todos os documentos exigidos no subitem 11.6 como condição para participar do certame cujo descumprimento resulta automática inabilitação.

11.2 – Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou cópia acompanhada do original para autenticação por servidor, lotado no Departamento de Licitações, ou publicação em órgão da imprensa oficial. Em caso de autenticação por servidor, lotado no Departamento de Licitações, sugerimos que a documentação seja encaminhada em até 02 (dois) dias úteis antes da data de abertura, para evitar atraso no certame.

11.3 – Os documentos expedidos via internet e, inclusive, aqueles outros apresentados terão sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do (a) Pregoeiro (a).

11.4 – Não serão aceitos protocolos de entrega ou de solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

11.5 - As folhas da documentação deverão estar numeradas em ordem crescente, e não poderão conter rasuras ou entrelinhas e serão rubricadas pelo representante da licitante.

11.6 - A documentação deverá conter:

11.6.1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentação de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Obs.: Os documentos relacionados no subitem “8.4” não precisarão constar do Envelope nº 2 – Habilitação se tiverem sido apresentados para o credenciamento deste Pregão.

A



11.6.2 – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (C.N.P.J.), mediante apresentação da consulta ao site <http://www.receita.fazenda.gov.br>;
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, extensiva às contribuições sociais administradas pela Secretaria da Receita Federal – Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, podendo ser demonstrada por meio de Certidão Positiva com efeitos de negativa;
- d) Certidão Negativa de Débitos – CND ou Certidão Positiva com efeito de Negativa relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) dentro da validade na data da licitação;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas em nome do interessado, com os mesmos efeitos da CNDT, segundo o disposto no art. 642-A, § 2º da CLT; mediante apresentação da consulta ao site [http:// www.tst.gov.br/certidao](http://www.tst.gov.br/certidao);
- f) Prova de regularidade de recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). As empresas com sede no Estado do Rio de Janeiro deverão apresentar a Certidão Negativa de ICMS acompanhadas da Certidão da Procuradoria Geral do Estado.
- g) Fazenda Municipal: apresentação da certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, de todos os Tributos.

11.6.2.1 MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

11.6.2.1.1- a comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

11.6.2.1.2- havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte adjudicatária deste certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração da Prefeitura Municipal de Quissamã, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

11.6.2.1.3- a falta de regularização da documentação no prazo previsto neste edital implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

11.6.3 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) **Certidões negativas de falência, concordata ou recuperação judicial, expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica. As licitantes deverão apresentar juntamente com**

9



as certidões negativas exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os cartórios ou ofícios de registros que controlam a distribuição de falências ou concordatas ou recuperação judicial. As certidões negativas de falência e concordata serão válidas pelo prazo de 90 dias, a partir de sua expedição, até sua apresentação na data da licitação.

b) Não constituirá motivo de inabilitação a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso haja comprovação de que o plano já tenha sido aprovado/homologado pelo juízo competente quando da entrega da documentação de habilitação deste pregão.

11.6.4 – Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

Declaração firmada pela licitante nos termos do modelo que integra o Anexo VI deste edital, expressando que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregam menor de dezesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 e de acordo com o inciso V do Art. 27 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

12 – DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

12.1 – No dia, hora e local indicados neste Edital, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.

12.2– Após o credenciamento, será declarada a abertura da sessão, não sendo mais admitido novos proponentes.

12.3 - Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes deverão apresentar ao (a) Pregoeiro (a) declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (Anexo IV) e, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação. A não apresentação da declaração em questão acarretará o impedimento da empresa de participar do certame.

12.4 - Serão abertos os envelopes contendo as Propostas de Preços, as quais serão conferidas verificando sua conformidade com os requisitos estabelecidos no presente edital, classificando em ordem crescente de valores aquelas que estiverem em conformidade e desclassificando as que estiverem em desacordo com as regras estipuladas no edital, sendo rubricadas pelo (a) Pregoeiro (a), pela equipe de apoio e, posteriormente pelos representantes das licitantes.

12.5 - Iniciada a abertura dos envelopes, não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo (a) Pregoeiro (a).

12.6 - Para o julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço, com incidência da taxa de administração, observados os prazos máximos para fornecimento, as





especificações técnicas e parâmetros mínimos de desenvolvimento e qualidade definidos no edital.

12.7 – No curso da Sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, poderão fazer novos lances verbais, sucessivos e de valores distintos, até que as empresas licitantes manifestarem desinteresse em apresentar novos lances e se proclame o vencedor. Dos lances ofertados não caberá retratação.

12.8 – Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

12.9– Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será adotado como critério de desempate o sorteio.

12.10 – Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

12.11 – O (a) Pregoeiro (a) convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior taxa e os demais, em ordem decrescente de valor.

12.12 – É vedada a oferta de lance verbal com vista ao empate.

12.13 – Quando convocado pelo (a) Pregoeiro (a), a desistência da proponente de apresentar lance verbal implicará na exclusão da etapa de lances verbais, ficando sua última proposta registrada para a classificação final.

12.14 - Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o (a) Pregoeiro (a) examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

12.15 – A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

12.16 – Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes deste edital e seus anexos.

12.17 - Caso não se realize lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor taxa e a taxa estimada para a contratação

12.18 – Considerada aceitável a oferta de menor taxa, o (a) Pregoeiro (a) procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital, facultando-lhe o saneamento de falha (s) formal (is) relativa (s) à documentação na própria sessão.

1



12.18.1 – A verificação será certificada pelo (a) Pregoeiro (a), anexando aos autos documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

12.18.2 – A administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, o licitante será inabilitado.

12.19 - Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.

12.20 - Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o (a) Pregoeiro (a) examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

12.21- Nas situações previstas nos itens **12.14, 12.17 e 12.20** o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

12.22 – Caso não haja representante credenciado, dentre as empresas convocadas para completar o número de três, na forma dos subitens **12.7 e 12.8** serão considerados os preços ofertados pelas empresas do envelope de proposta, para efeito de classificação final, não havendo qualquer hipótese de nova convocação de licitantes remanescentes para oferta de lances verbais.

12.23- Serão inabilitadas as empresas licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido neste edital.

12.24 – O (a) Pregoeiro (a), na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

12.25– Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo (a) Pregoeiro (a), pela Equipe de Apoio e por todas as empresas licitantes presentes.

12.26 - MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

12.26.1 - A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, com preços iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta de melhor preço, será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, de acordo com o estabelecido no § 3º do art. 45 da Lei Complementar nº 123/06;

12.26.2 - Não ocorrendo à apresentação da proposta da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas, na ordem classificatória, as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese acima, para o exercício do mesmo direito.

13- DOS RECURSOS

[assinatura]



13.1 – Declarado o vencedor e ao final da sessão, qualquer licitante poderá manifestar imediate e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra - razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

13.2 - Todo recurso referente a este Pregão deverá ser protocolado no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Quissamã, localizado na Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã - RJ, de segunda à quinta-feira no horário das 08:00 às 11:30h e de 13:30 às 17:00h, e sexta-feira no horário de 08:00 às 12:00h em dias úteis.

13.3 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14- DA ADJUDICAÇÃO

14.1 – A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, por parte do (s) licitante (s), importará na decadência do direito de recurso, competindo ao (a) Pregoeiro (a) adjudicar o (s) objeto (s) do certame à (s) licitante (s) vencedora (s).

14.2 – Existindo recurso (s) e constatada a regularidade dos atos praticados e após a decisão do (s) mesmo (s), a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

15- DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO

15.1 – Compete à autoridade competente homologar o Pregão.

15.2 – Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado, em prazo estipulado pela Prefeitura Municipal de Quissamã, para assinar o contrato.

15.3 – Será firmado contrato com a (s) proponente vencedora (s) com base nos dispositivos da Lei 8.666/93, suas alterações e demais dispositivos legais pertinentes à espécie, cuja minuta integra este edital (Anexo VIII).

15.4 – O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, com início após a emissão da autorização de início dos serviços, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos do Art. 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

15.5 – Como condição para celebração do contrato, o adjudicatário deverá manter as mesmas condições de habilitação.

15.6 – Quando o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular, ou se recusar a assinar o contrato, injustificadamente, o (a) Pregoeiro (a) convocará nova Sessão Pública na qual examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

9



15.7 – A recusa do licitante vencedor em assinar o contrato configura inexecução total do seu objeto, sujeitando-se às sanções administrativas previstas no art. 7º, da Lei 10.520/02 e nos arts. 86, 87 e 88, da Lei nº 8.666/93.

15.8 - Até a data de assinatura do Contrato, poderá ser eliminado da licitação qualquer licitante que tenha apresentado documento ou declaração incorreta, bem como aquele cuja situação técnica ou econômico-financeira tenha se alterado após o início de processamento do pleito licitatório, prejudicando o seu julgamento.

16 – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E DO FORNECIMENTO:

16.1- A Administração receberá e aceitará o objeto desta licitação, se e quando perfeitamente de acordo com as condições estabelecidas nas Normas Gerais.

16.2 - Os serviços objeto deste edital, deverão ser disponibilizados nos dias e locais solicitados pela Secretaria Municipal de Fazenda.

16.3 – Independentemente de aceitação, a licitante contratada garantirá a qualidade dos serviços licitados, arcando com eventuais consequências ocorridas durante a execução dos serviços.

16.4 – O recebimento dos serviços se efetivará em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

17 – DO PRAZO

17.1 – O prazo de execução dos serviços será de 12 (doze) meses, com início após a emissão da autorização de início de serviços.

17.2 – O prazo supra poderá ser prorrogado desde que devidamente justificado e aceito pela Secretaria solicitante, nos termos da Lei 8.666/93.

18 – DA CONTA MENSAL E DO PAGAMENTO

18.1. Serão apresentados pelo contratado, os demonstrativos mensais e a conta mensal contendo a relação das transações efetuadas pelos portadores, devidamente identificadas e com os respectivos valores.

18.1.1. O contratado se compromete a disponibilizar os respectivos demonstrativos mensais e a da conta mensal, fisicamente e/ou por meio eletrônico do contratado para acesso do Ordenador de Despesa ou pessoa por ele designada e o portador do cartão, para



conferência e atestação pela titular.

- 18.1.2. Fica estabelecido que a Unidade Gestora disponibilizará o crédito relativo ao pagamento integral das despesas no momento do pagamento da despesa na tesouraria.
- 18.1.3. Sem prejuízo de exigibilidade do pagamento de cada conta mensal na data acertada, a Unidade Gestora e/ou portador poderá contestar, até 75 (setenta e cinco) dia após o pagamento da conta mensal, junto à Central de Atendimento do contratado, qualquer parcela julgada improcedente ou com divergências.
- 18.1.4. A Central de Atendimento do contratado registrará, no ato da contestação, aquelas que não forem esclarecidas naquele momento e informará ao reclamante o número do registro da ocorrência para acompanhamento e justificação de glosa de valor faturado.
- 18.1.5. Sobre as parcelas contestadas indevidamente incidirão os encargos previstos no item 10 deste Projeto, desde o vencimento da respectiva conta mensal.
- 18.1.6. A Unidade Gestora, desde já aceita e reconhece, para todos os efeitos legais, como válidos e verdadeiros, digitalizações, cópias microfilmadas ou fotocópias dos comprovantes de operações ou os dados registrados nos computadores do contratado, quando as transações forem processadas diretamente em terminais ou outros equipamentos eletrônicos credenciados pelo contratado.

19 - DAS SANÇÕES

19.1 – Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17.07.2002, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciado no Sistema de Cadastramento de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Quissamã, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aquele que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta:

- a) Não celebrar o contrato;
- b) Deixar de entregar documentação ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- c) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- d) Não mantiver a proposta ou lance;
- e) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- f) Comportar-se de modo inidôneo (durante o certame ou na execução do contrato); ou
- g) Cometer fraude fiscal.

19.2 - A empresa vencedora que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições do presente Pregão ficará sujeita às penalidades previstas nos art. 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.



19.3 – As Condições para aplicação das penalidades estão estabelecidas da Minuta do Contrato, conforme Anexo VIII.

19.4 – Na aplicação das penalidades previstas no edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispões o art. 87 “caput”, da Lei nº 8.666/93.

20 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

20.1- As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

20.2- Se não houver tempo suficiente para a abertura dos envelopes “Proposta” e “Documentação” em um único momento, em face do exame da proposta/documentação com os requisitos deste edital, ou, ainda, se os trabalhos não puderem ser concluídos e/ou surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, os motivos serão consignados em ata e a continuação dar-se-á em sessão a ser convocada posteriormente.

20.3 - A interrupção dos trabalhos de que trata o subitem 20.2 somente dar-se-á, em qualquer hipótese, após a etapa competitiva de lances verbais.

20.4 - Os envelopes não abertos, já rubricados no fecho, obrigatoriamente, pelo (a) Pregoeiro (a) e pelos representantes legais das licitantes presentes, ficarão em poder do (a) Pregoeiro (a) e sob sua guarda até nova reunião oportunamente marcada para prosseguimento dos trabalhos.

20.5 - Fica assegurado à Prefeitura Municipal de Quissamã o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

20.5.1- A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59, da Lei nº 8.666/93.

20.5.2- Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59, da Lei 8.666/93.

20.6 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão de entrega e abertura dos envelopes será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local aqui estabelecidos, desde que não haja comunicação expressa do (a) Pregoeiro (a) em contrário.

20.7 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Ademais, os prazos somente se iniciam ou vencem em dias

7



de expediente na Prefeitura Municipal de Quissamã.

20.8 - Os proponentes assumem todos os custos de preparação e de apresentação de suas propostas e a Prefeitura Municipal de Quissamã não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.9 - Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

20.10 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de Pregão.

20.11 - Os dispositivos que se referem à microempresa aplicam-se, extensivamente, ao Microempreendedor Individual (MEI), nos termos do §2º, art. 18E, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

20.12 - Os envelopes com os documentos relativos à habilitação das licitantes não declaradas vencedoras permanecerão em poder do (a) Pregoeiro (a), devidamente lacrados, até que seja formalizada a assinatura do contrato ou documento equivalente (nota de empenho) pela (s) licitante (s) vencedora (s). Após o que ficarão por 10 (dez) dias à disposição das licitantes interessadas e, ao final deste prazo, sem que sejam retirados, os mesmos serão destruídos

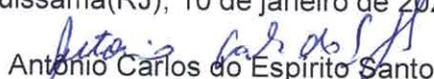
20.13 - Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada na qual será registrada as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo (a) Pregoeiro (a), pelos proponentes presentes.

20.14 - Após a realização deste Pregão, os interessados poderão ter acesso aos autos do respectivo processo administrativo, de acordo com o Decreto Municipal nº 2131/2016 que regulamenta o procedimento de acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal, e na Lei Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011.

20.15 - Os casos omissos ou situações não explicadas neste Edital e seus anexos serão decididos pelo (a) Pregoeiro (a) com base na legislação em vigor.

20.16 - Para fins de dirimir controvérsias deste certame elege-se o foro competente da Comarca de Carapebus/Quissamã, excluído qualquer outro.

Quissamã(RJ), 10 de janeiro de 2020.


Antonio Carlos do Espírito Santo

Assistente Executivo



Secretaria Municipal de Fazenda
EDITAL DE PREGÃO Nº 003/2020

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA JUSTIFICATIVA

O contrato de prestação de serviço de emissão e administração do cartão magnético para Suprimento de Fundos, tem necessidade de realização prioritária, tendo em vista o grande fluxo de despesas de pequeno vulto que impactam diretamente na administração municipal. Esse cartão substituirá o uso de cheque na administração municipal, facilitando o pagamento de bens, serviços e despesas de pronto pagamento autorizado em legislação municipal, permitindo total acompanhamento dos gastos realizados com recursos do governo municipal, proporcionando mais transparência no processo de compras e prestação de contas realizadas por Suprimento de Fundos.

2. DO FUNDAMENTO LEGAL

- 2.1 A contratação para a prestação de serviços de emissão e administração do Cartão Magnético para Suprimento de Fundo – encontra amparo na Lei Municipal nº 1.864, de 22 de julho de 2019; artigos 58, 63, 64 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964; artigos 68 e 69 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

3. OBJETO

Contratação de instituição financeira para prestação de serviços de emissão e administração do cartão magnético como meio de pagamento de despesas realizadas por Suprimento de Fundos.

4. DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA ONDE OS SERVIÇOS SERÃO EXECUTADOS

- 4.1 Os serviços serão prestados por estabelecimentos comerciais afiliados, no Brasil, integrantes da rede a que estiver associado o contratado, onde o portador poderá fazer transações com o cartão magnético do Suprimento de Fundos.

5. DAS DEFINIÇÕES

f



- 5.1 Para o perfeito entendimento deste Termo de Referência, são adotadas as seguintes definições:
- 5.1.1. **Afiliado:** estabelecimento comercial, no Brasil, integrante da rede a que estiver associado o contratado, onde o portador poderá fazer transações com o cartão magnético do Suprimento de Fundos.
- 5.1.2. **Assinatura Eletrônica:** código pessoal e secreto que o portador insere em terminais ou outros equipamentos eletrônicos para efetivar operações.
- 5.1.3. **Cartão Magnético do Suprimento de Fundos:** instrumento de pagamento, emitido em nome da Unidade Gestora ou Unidade Administrativa, com limite de utilização preestabelecido, operacionalizado pelo contratado, utilizado exclusivamente pelo portador nele identificado, nos casos indicados em ato próprio da autoridade competente.
- 5.1.4. **Cartão Magnético:** cartão de plástico emitido pelo contratado com limite de utilização preestabelecido para aquisição de bens e serviços.
- 5.1.5. **Comprovante de Operação:** documento assinado pelo portador para efetivar transação com utilização do cartão magnético do Suprimento de Fundos, junto aos afiliados e/ou instituição financeira.
- 5.1.6. **Conta Mensal:** documento emitido pelo contratado, contendo as informações sobre os valores devidos pelo contratante para efeito de pagamento e contabilização.
- 5.1.7. **Demonstrativo Mensal:** documento emitido pelo contratado, contendo a relação das transações efetuadas pelos portadores da respectiva Unidade Gestora e Unidades Administrativas, lançadas na conta mensal, para efeito de conferência e atestação.
- 5.1.8. **Ordenador de Despesa:** toda e qualquer autoridade de cujos atos resultarem emissão de nota de empenho, autorização de pagamento, suprimento ou dispêndio de recursos do município ou pela qual esta responda, conforme preceitua a legislação municipal, podendo, ainda, assinar, em nome da unidade gestora o contrato ou documento similar e indicar outros portadores do cartão magnético do Suprimento de Fundos.
- 5.1.9. **Limite de Utilização:** valor máximo estabelecido pelo Ordenador de Despesa da Unidade Gestora, junto ao contratado, para utilização do cartão magnético do Suprimento de Fundos.
- 5.1.10. **Portador:** pessoa autorizada pelo Ordenador de Despesa para portar o cartão

1



magnético do Suprimento de Fundos, emitido em nome da respectiva Unidade Gestora ou Unidade Administrativa.

- 5.1.11. **Titular:** Unidade Gestora responsável pela utilização do cartão magnético do Suprimento de Fundos.
- 5.1.12. **Transação:** operação efetuada pelo portador mediante utilização do cartão magnético do Suprimento de Fundos.
- 5.1.13. **Unidade Gestora:** órgão do Governo Municipal com autonomia contábil e financeira, titular da conta do cartão.
- 5.1.14. **Assinatura em Arquivo:** modalidade pela qual o titular adquire, via telefone ou outros meio, bens e serviços de afiliados, sem assinar o correspondente comprovante de venda.
- 5.1.15. **Instituição Financeira:** emite, administra e através de sua rede de unidades e disponibiliza suporte operacional e tecnológico para utilização do cartão.

6. DA ESPECIFICAÇÃO DO CARTÃO

O Cartão Magnético do Suprimento de Fundos será confeccionado sob a inteira responsabilidade e encargo do contratado, obedecidos aos critérios e padrões técnicos e de segurança nacional.

Do cartão constará, além dos dados e informações obrigatórios pelos padrões nacional, o nome da Unidade Gestora ou Unidade Administrativa e do portador, na forma que vier a ser solicitada pela Unidade Gestora.

7. DA EMISSÃO E DO USO DO CARTÃO

- 7.1. A emissão e o uso do cartão subordinados às seguintes condições e critérios:
- 7.1.1. Os cartões poderão ser emitidos em plásticos específicos ou outros de uso do contratado, seu único proprietário, destinando-se à realização de compras de bens e serviços junto aos afiliados.
- 7.1.2. O Ordenador de Despesa da Unidade Gestora poderá, a seu critério, autorizar a emissão de cartões de acordo com a legislação municipal vigente, devendo para tanto, preencher e assinar os contratos ou documento similar e cadastro de portador, que passará a fazer parte integrante do contrato, independentemente de sua transcrição, entregando-os na agência bancária de relacionamento da Unidade Gestora.
- 7.1.3. O cartão é de propriedade do contratado, e de uso pessoal e intransferível do



portador nele identificado, contendo ainda sua assinatura.

- 7.1.4. Cada portador terá um limite de utilização autorizado pelo Ordenador de Despesa da Unidade Gestora, ficando estabelecido que o somatório dos limites de utilização dos portadores não poderá ultrapassar o limite de utilização estabelecido para a Unidade Gestora.
- 7.1.5. O limite de utilização estabelecido para portador, poderá ser alterado, a qualquer momento, por via eletrônica, pelo Ordenador de Despesa da Unidade Gestora, com a aposição de sua assinatura eletrônica, ou através de assinatura do Ordenador de Despesa, em documento específico.
- 7.1.6. O Ordenador de Despesa, deverá indicar os tipos de gastos que o portador poderá efetuar, quando do cadastramento do mesmo, e alterá-lo a qualquer momento por intermédio da agência de relacionamento do contratado ou através de meio eletrônico.
- 7.1.7. Para efeito de controle, os novos limites serão registrados pelo contratado, na conta mensal.
- 7.1.8. A utilização efetiva do cartão pelo respectivo portador fica sujeita, também, às normas específicas editadas pelo Governo Municipal cabendo aos portadores a sua observância.
- 7.1.9. Não serão admitidas transações que possam configurar investimento no exterior, importação sujeita a registro no SISCOMEX e transações subordinadas a registro no Banco Central do Brasil.
- 7.1.10. Irregularidades detectadas e comprovadas no uso do cartão por culpa ou dolo do portador, serão de inteira responsabilidade da Unidade Gestora, sendo, objeto de comunicação ao Departamento da Receita Federal do Brasil, sem prejuízo das demais sanções legais aplicáveis e do imediato cancelamento do cartão.
- 7.1.11. É de responsabilidade da Unidade Gestora, através de seu Ordenador de Despesa:
 - 7.1.11.1. Orientar os portadores sobre a utilização dos cartões, inclusive quanto ao cadastramento e sigilo de senha pessoal no contratado, indispensável para a emissão, desbloqueio e uso dos cartões.
 - 7.1.11.2. Solicitar ao contratado o bloqueio de cartões em caso de extravio, roubo ou furto, que poderá ser por ofício ou por meio eletrônico.
 - 7.1.11.3. Comunicar, por escrito ou através de meio eletrônico específico do contratado, as exclusões ou inclusões de portadores.

1



- 7.1.11.4. Destruir ou devolver ao contratado os cartões dos portadores por ela excluídos.
- 7.1.11.5. Assumir despesas e riscos decorrentes da utilização dos cartões pelos portadores.
- 7.1.11.6. Especificar os tipos de transações permitidas aos portadores; e
- 7.1.11.7. Estabelecer os limites de utilização dos portadores.
- 7.1.11.8. A utilização do cartão pelo portador se dará por ocasião do contrato ou documento similar para aderir a utilização do cartão.

8. DAS TRANSAÇÕES

- 8.1. As transações com o Cartão de Magnético do Suprimento de Fundos são passíveis de serem efetivadas em qualquer estabelecimento afiliado, devendo, para tanto, o portador apresentar o cartão e, conferidos os dados lançados, registrando a sua assinatura eletrônica.
 - 8.1.1. A aposição da assinatura eletrônica, significa integral responsabilidade do portador pela transação, perante o contratado.
O contratado não se responsabilizará por qualquer eventual restrição imposta por afiliados ao uso do cartão, nem pelo preço, qualidade dos bens deles adquiridos ou dos serviços por eles prestados.

9. DA CONTA MENSAL E DO PAGAMENTO

- 9.1. Serão apresentados pelo contratado, os demonstrativos mensais e a conta mensal contendo a relação das transações efetuadas pelos portadores, devidamente identificadas e com os respectivos valores.
 - 9.1.1. O contratado se compromete a disponibilizar os respectivos demonstrativos mensais e a da conta mensal, fisicamente e/ou por meio eletrônico do contratado para acesso do Ordenador de Despesa ou pessoa por ele designada e o portador do cartão, para conferência e atestação pela titular.
 - 9.1.2. Fica estabelecido que a Unidade Gestora disponibilizará o crédito relativo ao pagamento integral das despesas no momento do pagamento da despesa na tesouraria.
 - 9.1.3. Sem prejuízo de exigibilidade do pagamento de cada conta mensal na data acertada, a Unidade Gestora e/ou portador poderá contestar, até 75 (setenta e cinco) dia após o pagamento da conta mensal, junto à Central de Atendimento do contratado, qualquer parcela julgada improcedente ou com divergências.

1



- 9.1.4. A Central de Atendimento do contratado registrará, no ato da contestação, aquelas que não forem esclarecidas naquele momento e informará ao reclamante o número do registro da ocorrência para acompanhamento e justificação de glosa de valor faturado.
- 9.1.5. Sobre as parcelas contestadas indevidamente incidirão os encargos previstos no item 10 deste Projeto, desde o vencimento da respectiva conta mensal.
- 9.1.6. A Unidade Gestora, desde já aceita e reconhece, para todos os efeitos legais, como válidos e verdadeiros, digitalizações, cópias microfilmadas ou fotocópias dos comprovantes de operações ou os dados registrados nos computadores do contratado, quando as transações forem processadas diretamente em terminais ou outros equipamentos eletrônicos credenciados pelo contratado.

10. DAS SANÇÕES POR INADIMPLÊNCIA

- 10.1. Atraso de pagamento total ou parcial, superior a 30 (trinta) dias, ensejará o bloqueio dos respectivos cartões da Unidade Gestora.
- 10.2. Na hipótese do item 10.1 o desbloqueio dos respectivos cartões ocorrerá imediatamente após a regularização do pagamento.
- 10.3. O contratado, após 30 (trinta) dias do vencimento da segunda conta mensal sem liquidação do débito, injustificadamente, poderá cancelar os cartões da Unidade Gestora.
- 10.4. A transação efetuada em qualquer data e processada no sistema do contratado após o vencimento do contrato terá vencimento mediato e o valor será incorporado ao saldo devedor para efeito da apuração dos valores dos encargos, ficando o contratado, nestes casos, obrigado a emitir os demonstrativos mensais e conta mensal.
- 10.5. Cancelado o cartão, a Unidade Gestora o restituirá ao contratado, diretamente ou por intermédio da agência de relacionamento do contratado, formado o prévio cuidado de inutilizá-lo, uma vez que a utilização de cartão cancelado é, para os efeitos legais, considerada fraudulenta e, assim, sob as sanções penais cabíveis.

11. DO ROUBO, FURTO, PERDA OU EXTRAVIO DE CARTÕES

- 11.1. A Unidade Gestora é responsável, perante o contratado, pelas transações e obrigações decorrentes da utilização, devida ou não, dos cartões emitidos com autorização do Ordenador de Despesa, sem prejuízo da responsabilidade solidária do portador, para todos os efeitos, até:
- 11.1.1. a data e hora da comunicação ao contratado, por intermédio da Central de

f



Atendimento, da ocorrência de roubo, furto, perda ou extravio de cartão em vigor;

- 11.1.2. a data e hora da comunicação ao contratado, por intermédio da Central de Atendimento, quando se tratar de cartão cancelado ou substituído não devolvido pela Unidade Gestora ao contratado.
- 11.2. O contratado poderá, sempre que necessário garantir a segurança na utilização do cartão magnético do Suprimento de Fundos, procedendo o monitoramento e a gravação das ligações telefônicas através da Central de Atendimento.

12. DO USO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS

- 12.1. As informações cadastrais das Unidades Gestoras e Unidades Administrativas não poderão ser fornecidas a terceiro pelo contratado, exceto com a prévia e expressa autorização do contratante.

13 DOS CUSTOS PARA O CONTRATANTE

- 13.1. A Unidade Gestora pagará ao contratado, a cada faturamento, os valores da transação efetuada com os cartões emitidos sob a titularidade dela, sendo vedados quaisquer acréscimos, inclusive taxas de adesão, manutenção, anuidades ou quaisquer outros, que não estejam pactuados no instrumento contratual, relativo à obtenção e uso do Cartão Magnético do Suprimento de Fundos, objeto deste Projeto.
 - 13.1.1. Não estão incluídas na vedação de que trata o item 13.1, aos encargos previstos por atraso de pagamento, bem como as eventuais despesas decorrentes de fornecimento, pelo contratado, de originais ou cópias de comprovantes de venda, por solicitação da Unidade Gestora.
 - 13.1.2. Quando se tratar de transação não reconhecida pela Unidade Gestora e que esta de fato, não lhe pertença, não serão cobradas despesas constantes do item 13.1.1.

14 DA VIGÊNCIA

- 14.1. O instrumento contratual terá vigência de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitados há sessenta meses, em conformidade com o art. 57 da Lei 8.666/93.

f



15 DA ALTERAÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 15.1. As partes poderão a qualquer tempo sem que disso caiba qualquer ônus ou encargos, alterar ou rescindir o contrato, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem prejuízo do disposto nos artigos 77.
- 15.1.1. As eventuais alterações contratuais serão, em qualquer hipótese, formalizadas por intermédio de termo aditivo, numerado em ordem crescente e publicado no Diário Oficial do Município.
- 15.1.2. Na hipótese de rescisão contratual as Unidades Gestoras deverão devolver ao contratado, inutilizados, todos os cartões com prazo de validade vigente, permanecendo responsável pelos débitos remanescentes e decorrentes do pactuado no contrato, que lhe serão apresentados pelo contratado logo que apurados, onde serão respeitados os prazos de vencimento das contas mensais para pagamento.

16. DOS ÔNUS E ENCARGOS

- 16.1 Todas as despesas necessárias e decorrentes da execução dos serviços ora contratados, inclusive impostos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas e quaisquer outros que forem devidos relativamente aos serviços e aos empregados, são de inteira, única e exclusiva responsabilidade do contratado.

17 RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) A Prefeitura Municipal de Quissamã **não** assume qualquer responsabilidade pela atividade exercida pela CONTRATADA, inclusive para efeitos da Lei nº 8.078/90 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor.
- b) É vedada a subcontratação de outra instituição financeira, mesmo que seja sua controlada ou controladora, para a execução total ou parcial dos serviços, objeto desta licitação.
- c) Manter os sistemas operacionais e de informática capazes de operacionalizar os serviços contratados de forma satisfatória, inclusive para atendimento da prestação de contas do suprimento de fundos, além de fornecer ao município informações necessárias ao acompanhamento das movimentações financeiras e outras que forem requeridas, de modo que os serviços sejam prestados



dentro do melhor padrão de qualidade possível.

- d) No decorrer dos dez dias após a assinatura do contrato, antes do início da sua efetiva execução, serão realizados testes e reuniões para implementação do cartão de pagamento para suprimento de fundos.
- e) Será de responsabilidade do Contratado a emissão de 2ª via do cartão de pagamento do suprimento de fundos, sem ônus para a contratante.
- f) Observar as condições estabelecidas neste termo de referência e demais condições do edital.

18 DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

- 18.1 A execução dos serviços objeto do contrato a ser firmado entre as partes será acompanhada e fiscalizada por servidor do Município, designado nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

19 DOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO

- 19.1. Para informações, sugestões, reclamações ou quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários, o contratado deverá colocar à disposição do representante autorizado do Centro de Custos da Unidade Gestora e dos portadores, os telefones de sua Central de Atendimento, Suporte Técnico Pessoa Jurídica (capitais e regiões metropolitanas e demais localidades), SAC - Serviço de Atendimento ao Consumidor e para atendimento a deficientes auditivos. Caso o representante autorizado do Centro de Custos da Unidade Gestora ou o portador considere (m) que a solução dada à ocorrência registrada anteriormente mereça revisão, deverá entrar em contato com a ouvidoria do contratado.
- 19.2. Fica guardada a possibilidade do Ordenador de Despesa proceder ao relacionamento comercial diretamente com a Agência de Relacionamento a que está vinculado, bem como os portadores do Cartão de Magnético do Governo Municipal.

20. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 20.1. Pregão – menor taxa dos serviços bancários, sendo que a taxa não poderá ultrapassar a 1% (Hum por cento).



República Federativa do Brasil - Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ
Rua Conde de Araruama, 425 - Centro - Quissamã - RJ

P.M.Q.

Processo nº 10967/19

Rubrica 7 Fis. 113

Secretaria Municipal de Fazenda
EDITAL DE PREGÃO Nº 003/2020
ANEXO II
(Dados do Licitante)

9



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ
Secretaria Municipal de Fazenda

ANEXO I/I – DADOS DA LICITANTE

Nome Fantasia: _____ Razão Social: _____
Endereço: _____ Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____
Responsável: _____ Telefones: _____ E-mail: _____

Atenção: Este anexo deverá ser preenchido e apresentado no envelope de credenciamento.

Em, ____ de ____ de ____

Assinatura e carimbo

P.M.Q.
PROCESSO Nº 10967/19
SÍMBOLO  FIS 114



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ
Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã – RJ

P.M.Q.

Processo nº 10967/19

Rubrica  Fls. 115

Secretaria Municipal de Fazenda

EDITAL DE PREGÃO Nº 003/2020

ANEXO II

(Descrição do Objeto)

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ
Sistema de Controle de Compras
Emissão de Solicitações

P.M.Q. Página: 0001

Processo nº 10967/19
Rubrica 9A Fis 116

Solicitação: 002943/2019

Data Cadastro : 21/10/2019 Solicitação Grupo : Comprador : 6772 - DEBORA.BARROS
Centro de Custo: SEMFA - 07.01.00.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA Fonte : ROYALTIES ATE 5% - LEI 7990/89
Prioridade : - NORMAL Nº Processo: 00010967/2019 Preço Estimado(R\$) : 0,00
Custeio : 001 - APLICACAO INTERNA Modalidade de Compra: Licitação
Ficha Número : 306
Finalidade :2095 - MANUTENCAO DA UNIDADE

Elemento de Despesa: 3390390000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Sub Elemento de Despesa: 3390399900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Item	Produto	U.M.	Descrição	Qtde.	Sol.	Preço Estimado	Valor Total
0001	047-74-0264-0	UNIDADE	Contratacao de Instituicao Financeira para prestacao de servicos de emissao e administracao do cartao magnetico como meio de pagamento de despesas realizadas por Suprimento de Fundos, conforme Termo de Referencia	1,00		0,00	0,00

Anexo:

Controlador Gerencial - Suprimentos

Elaborado por:

Secretário

Solicitante

4 - Gabinete Prefeito



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ
Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã – RJ

P.M.Q.
Processo nº 10967/19
Rubrica X Fls. 117

Secretaria Municipal de Fazenda

ANEXO III
(Modelo de Credenciamento)

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ
Comissão de Pregão
LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO Nº 003/2020

(local), ____ de ____ de 2020

À
Prefeitura Municipal de Quissamã
Comissão de Pregão

REF.: Credenciamento Pregão nº /2020.

Prezados Senhores

Pela presente, fica credenciado o Sr. _____, portador da Cédula de Identidade nº _____, expedida em ____/____/____ e CPF nº _____, para representar a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, no Pregão nº ____/2020, a ser realizada em ____/____/____, nesse Município, às ____ horas, podendo, para tanto praticar todos os atos necessários, inclusive poderes para formular ofertas e lance de preços, prestar esclarecimentos, receber notificações, interpor recursos e manifestar-se quanto à desistência de interpô-los.

Atenciosamente,

Assinatura do representante legal

OBSERVAÇÕES:

1 – A carta de Credenciamento deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa, assinada pelo seu representante legal, com poderes para constituir mandatário e COM FIRMA RECONHECIDA DO REPRESENTANTE LEGAL;

2 – Esta Carta deverá ser apresentada de forma avulsa, fora de qualquer dos envelopes (Proposta e Preços ou de Habilitação).



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ
Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã – RJ

P.M.Q.
Processo nº 10967/19
Rubrica [assinatura] Fls. 118

Secretaria Municipal de Fazenda
EDITAL DE PREGÃO N.º003/2020

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Ref.: Licitação na modalidade pregão nº /2020

A (empresa licitante), inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº.....e do CPF nº, para fins do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, **DECLARA** que cumpriu plenamente os requisitos de habilitação exigidos para participação da licitação na modalidade pregão referida em epígrafe.

Local, em ____ de _____ de _____

(representante legal)

Observações:

1 – Esta Declaração deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa e assinada pelo seu representante legal ou mandatário.

2 – Esta Declaração deverá ser apresentada de forma avulsa, fora de qualquer dos envelopes (Proposta de Preços ou de Habilitação).



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ
Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã – RJ

P.M.Q.
Processo nº 10967/19
Rubrica [assinatura] Fís. 119

Secretaria Municipal de Fazenda
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2020

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME, EPP OU MEI

Ref.: PREGÃO Nº /2020 - PMQ RJ

_____ (razão social da empresa), com sede na _____ (endereço), inscrita no CNPJ nº _____, vem, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARAR, sob as penas da Lei, que é _____ (MICROEMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE ou MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL), que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME-EPP-MEI e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

.....
(data)

.....
(representante legal)

1



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ
Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã – RJ

P.M.Q.
Processo nº 10967/19
Rubrica [assinatura] Fls. 120

Secretaria Municipal de Fazenda

EDITAL DE PREGÃO N.º003/2020

ANEXO VI

(Modelo da Declaração relativa ao trabalho de menores)

DECLARAÇÃO

Ref.: PREGÃO N° /2020

_____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz().

Local e data

Assinatura e carimbo
(representante legal)

Observação: Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a licitante; se a licitante possuir maiores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.

9



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ
Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã – RJ

P.M.Q.
Processo nº 10967/19
Rubrica [assinatura] Fis. 121

Secretaria Municipal de Fazenda
EDITAL DE PREGÃO Nº003/2020
ANEXO VII
(Modelo da Proposta de Preços)

PROPOSTA DE PREÇOS

FIRMA PROPONENTE: _____

Pela presente, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente os da Lei 8.666/93 e suas atualizações, e ainda: a prestação dos serviços objeto desta licitação, obedecendo às estipulações do correspondente ao edital seus anexos, declarando que:

- a) Cumpriremos rigorosamente toda legislação aplicável à execução dos serviços contratados.
- b) Assumimos o compromisso de bem e fielmente prestar os serviços, objeto desta licitação.
- c) Temos plenas condições de iniciar os serviços, contados da assinatura do contrato.
- d) Cotamos, para execução dos serviços desta licitação, nos termos do Anexo I, a taxa abaixo, estando já incluídos todos os custos, diretos ou indiretos.

ITEM	DESCRIÇÃO	TAXA DOS SERVIÇOS BANCÁRIOS %
1	Contratação de instituição financeira para prestação de serviços de emissão e administração do cartão magnético como meio de pagamento de despesas realizadas por Suprimento de Fundos.	

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESENTA) DIAS.

Quissamã, _____ de _____ de 2020.

empresa

Razão Social do proponente:
Endereço:
Telefone:

CARIMBO DO CNPJ.

[assinatura]



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ
Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã – RJ

P.M.Q.

Processo nº 10967/19

Rubrica A Fls. 122

Secretaria Municipal de Fazenda

EDITAL DE PREGÃO N.º 003/2020

ANEXO VIII
(Minuta do Contrato)

A



Prefeitura Municipal de Quissamã

R. Conde de Araruama, 425 – Quissamã- Rio de Janeiro – RJ

P.M.Q.
Processo nº 10967/19
Rubrica
Fis. 123

Minuta

CONTRATO Nº _____/2020

Este Contrato vincula-se ao procedimento de Pregão Presencial nº 003/2020, instaurado face a solicitação nº 2943/2019, Processo n.º 10.967/2019, da Secretaria Municipal de Fazenda, Nota de Empenho n.º _____/2020, Emitida em ___/___/2020, Tipo de Empenho: _____ e rege-se pela Lei Federal n.º 10.520/2002, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, pelo Decreto Municipal n.º 2425, de 13 de março de 2018 e pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, além das demais normas legais pertinentes aos termos, condições e cláusulas contratuais abaixo transcritas. Os casos omissos serão resolvidos mediante acordo mútuo das partes, demais disposições legais aplicáveis e a Teoria Geral dos Contratos, em aditamento, se necessário:

CLÁUSULA I - PARTES

1.1 - Município de Quissamã, pessoa jurídica de direito público, com sede - Prefeitura Municipal de Quissamã, à Rua Conde de Araruama, nº 425, Centro, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 31.505.027/0001-60, representado neste ato pela Secretária Municipal de Fazenda, Srª. Simone Moreira e Chefe de Gabinete da Prefeita, Sr. Luciano de Almeida Lourenço, doravante denominado **CONTRATANTE**;

1.2 - _____, estabelecida à _____, CEP: _____, inscrita no CNPJ com nº _____, representada por _____, portador da carteira de identidade nº _____, cadastrado no CPF sob nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**.

CLÁUSULA II - OBJETO

2.1. Contratação de instituição financeira para prestação de serviços de emissão e administração do cartão magnético como meio de pagamento de despesas realizadas por Suprimento de Fundos, conforme termo de referência que compõe este contrato.

1

CLÁUSULA III – DA CONTA MENSAL E DO PAGAMENTO

3.1. As notas fiscais de serviço emitidas pela Contratada obedecerão à Lei nº 5.474/68 e a Lei nº 4.320/64, § 2º, III do Art. 63, contendo a descrição de cada serviço prestado e aceito pela Contratante, no período.

3.2. O recebimento da importância relativa aos serviços prestados e aceitos condiciona-se a comprovação do recolhimento da contribuição previdenciária relativa à mão de obra empregada, ao FGTS e do ISSQN ao Município de Quissamã.

3.3. O atraso no pagamento implicará na incidência de juros de 1 % (um por cento) ao mês, mais TR como compensação financeira, calculado *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data da entrega aposta pelo protocolo da SEMFA no título da cobrança e a data do efetivo pagamento.

3.4. Os pagamentos efetuados antecipadamente, sofrerão desconto *pro rata die*, calculados pela variação da TR entre o dia do efetivo pagamento e data inicialmente prevista para pagamento.

3.5. No ato do pagamento dos serviços efetivamente prestados e aceitos, haverá retenção de 11% sobre o valor bruto da Nota Fiscal ou fatura. O valor retido deverá ser destacado na Nota Fiscal ou fatura da prestação de serviço, para fins de recolhimento à Previdência Social em nome da contratada, até o dia 02 (dois) do mês subsequente ao da emissão da nota fiscal ou fatura.

§ 1º - Cabe à CONTRATADA a comprovação da não incidência e/ou da dispensa da retenção estabelecida no item 3.5, conforme previstas na legislação previdenciária (LF 8.212/91 e Regulamento autorizado pelo decreto 3048/99).

§ 2º - Na prestação de serviços de obras e serviços a CONTRATADA apresentará **separadamente** a Nota Fiscal relativa à mão de obra empregada, em conformidade com a legislação previdenciária (LF 8.212/91 e Regulamento autorizado pelo decreto 3048/99).

3.6. Serão apresentados pelo contratado, os demonstrativos mensais e a conta mensal contendo a relação das transações efetuadas pelos portadores, devidamente identificadas e com os respectivos valores.

3.7. O contratado se compromete a disponibilizar os respectivos demonstrativos mensais e a da conta mensal, fisicamente e/ou por meio eletrônico do contratado para acesso do Ordenador de Despesa ou pessoa por ele designada e o portador do cartão, para conferência e atestação pela titular.



3.8. Fica estabelecido que a Unidade Gestora disponibilizará o crédito relativo ao pagamento integral das despesas no momento do pagamento da despesa na tesouraria.

3.9. Sem prejuízo de exigibilidade do pagamento de cada conta mensal na data acertada, a Unidade Gestora e/ou portador poderá contestar, até 75 (setenta e cinco) dia após o pagamento da conta mensal, junto à Central de Atendimento do contratado, qualquer parcela julgada improcedente ou com divergências.

3.10. A Central de Atendimento do contratado registrará, no ato da contestação, aquelas que não forem esclarecidas naquele momento e informará ao reclamante o número do registro da ocorrência para acompanhamento e justificação de glosa de valor faturado.

3.11. Sobre as parcelas contestadas indevidamente incidirão os encargos previstos no item 10 do Projeto Básico, desde o vencimento da respectiva conta mensal.

3.12. A Unidade Gestora, desde já aceita e reconhece, para todos os efeitos legais, como válidos e verdadeiros, digitalizações, cópias microfilmadas ou fotocópias dos comprovantes de operações ou os dados registrados nos computadores do contratado, quando as transações forem processadas diretamente em terminais ou outros equipamentos eletrônicos credenciados pelo contratado.

CLÁUSULA IV - PRAZO

4.1. O prazo de execução dos serviços será de 12 (doze) meses, a partir da assinatura da autorização de início de serviços.

4.2. O prazo supra poderá ser prorrogado desde que devidamente justificado e aceito pela Secretaria solicitante, nos termos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA V - RESCISÃO

6.1. A rescisão do Contrato, por inexecução total ou parcial, dar-se-á nas hipóteses dos Arts. 77 e 78, da Lei 8.666/93. À parte infratora sujeitar-se-á ao pagamento de multa equivalente a 10 % (dez por cento) do valor dado como preço dos serviços, na Cláusula III supra, e indenização das perdas e danos, se ocasionados. A rescisão amigável dar-se-á, nos termos do Art. 79, Inciso II, da Lei 8.666/93.



CLÁUSULA VI - OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

7.1. Cumprir fielmente as determinações constantes do Pregão Presencial nº 003/2020, e seus anexos, de sua Proposta, bem como a legislação a que se subordina o presente ajuste, conforme previsto no Preâmbulo e na CLÁUSULA PRIMEIRA.

7.2. Responder por todos os ônus, encargos e obrigações, comerciais, fiscais, tributárias e trabalhistas e por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, venha a causar a terceiros, em virtude da execução dos serviços a seu cargo, respondendo por si e por seus sucessores.

7.3. Pagar o ISSQN sobre a prestação dos serviços contratados ao Município de Quissamã.

7.4. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.5. Cumprir o constante no item 3.2, da cláusula 3ª, do presente contrato.

CLÁUSULA VII – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Ficam designados como Gestor do presente contrato o (a) Sr. (ª) _____, e como Fiscal o (a) Sr.(ª) _____, os quais deverão exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização da execução dos serviços contratados, nos termos e atribuições do Decreto n.º 200/2002 e do Art. 67, parágrafos 1º e 2º da Lei 8.666/93 e as deste CONTRATO, sem prejuízo da CONTRATADA fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA VIII - DAS PENALIDADES E DA RESCISÃO

9.1. Pela inexecução total ou parcial do CONTRATO, erro de execução, demora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, o CONTRATANTE poderá aplicar as seguintes sanções:

a - advertência;

b - multa de mora de até 0,1 (um décimo por cento), por dia útil, sobre o valor do CONTRATO, até o período máximo de 30 (trinta) dias úteis;

c - multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do CONTRATO, após esgotado o prazo fixado no subitem anterior;

d – não será admitida a participação de licitantes suspensos temporariamente pela Administração Municipal, Direta e Indireta, nos termos do inciso III do art. 87 da Lei 8.666/93;

e - não será admitida a participação de licitante já incursos na pena do inciso IV do art. 87 da Lei

8.666/93, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública;

f - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

9.2. As sanções previstas nas alíneas "a", "b", "c", "d", poderão ser cumuladas e não excluem a possibilidade de rescisão administrativa do CONTRATO (Art. 78 e seus incisos c/c Art. 79, I, da Lei 8.666/93) por decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA IX - FORO

10.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Carapebus/Quissamã, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas e litígios decorrentes deste instrumento.

E por estarem de acordo, assinam o presente CONTRATO em 04 (quatro) vias de igual teor e validade, juntamente com as testemunhas, para que produza os efeitos esperados.

Quissamã (RJ) _____ de _____ de _____.

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

CNPJ: _____

Nome do representante: _____

CPF do representante: _____

TESTEMUNHAS:

1) NOME: _____

CPF: _____

2) NOME: _____

CPF: _____

CIENTE:

GESTOR: _____

FISCAL: _____